

A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO SÍTIO JACUBA NO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE, TO

Gabriely Guilherme Bezerra ¹
Elizeu Ribeiro Lira ²

RESUMO

Este trabalho visa explorar a preservação do cerrado no Sítio Jacuba em Natividade, Tocantins. O Sítio Jacuba abrange cerca de 10 mil metros quadrados e abriga aproximadamente 100 famílias, sendo Dona Romana uma das residentes que nomeou sua parcela de terra como Centro Bom Jesus de Nazaré. O objetivo é compreender esse processo de preservação por dois motivos: a ausência de pesquisas sobre o tema até o momento e a necessidade de compreender as características singulares do Sítio Jacuba. A hipótese é de que a comunidade jacuba, parecida com um território quilombola e também de natureza religiosa, desempenha um papel importante na preservação do cerrado em seu território. Com base na pesquisa foi possível compreender que a religiosidade da comunidade do Sítio Jacuba desempenha um papel crucial na preservação ambiental e na conservação do cerrado. Através de suas crenças espirituais, os moradores adotam práticas de respeito à natureza, valorizam o uso sustentável dos recursos e realizam rituais que fortalecem sua conexão espiritual com o ambiente. A religiosidade serve como um motivador poderoso para a proteção do Sítio Jacuba, contribuindo para a sua preservação como um patrimônio natural e cultural.

Palavras-chave: Sítio Jacuba, Território Quilombola, Preservação, Dona Romana, Natividade.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo explorar la preservación del cerrado en el Sítio Jacuba en Natividade, Tocantins. El Sítio Jacuba abarca aproximadamente 10,000 metros cuadrados y alberga a unas 100 familias, entre ellas la residente Doña Romana, quien ha nombrado su parcela de tierra como Centro Bom Jesus de Nazaré. El objetivo es comprender este proceso de preservación por dos motivos: la falta de investigaciones sobre el tema hasta el momento y la necesidad de comprender las características singulares del Sítio Jacuba. La hipótesis es que la comunidad jacuba, similar a un territorio quilombola y también de naturaleza religiosa, desempeña un papel importante en la preservación del cerrado en su territorio. Con base en la investigación, se pudo comprender que la religiosidad de la comunidad del Sítio Jacuba desempeña un papel crucial en la preservación ambiental y en la conservación del cerrado. A través de sus creencias espirituales, los residentes adoptan prácticas de respeto a la naturaleza, valoran el uso sostenible de los recursos y realizan rituales que fortalecen su conexión espiritual con el entorno. La religiosidad sirve como un motivador poderoso para la protección del Sítio Jacuba, contribuyendo a su preservación como patrimonio natural y cultural.

Palabras clave: Sítio Jacuba, Territorio Quilombola, Preservación, Doña Romana, Natividade.

¹ Mestranda do PPGG da UFT, gabriely.guilherme@mail.uft.edu.br;

² Prof. Dr.º. do PPGG da UFT, liralizeu@mail.uft.edu.br.



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo explorar a preservação do cerrado presente no Sítio Jacuba em Natividade- Tocantins, entende-se como Sítio Jacuba, toda a extensão territorial de cerca de 10 mil metros quadrados, onde mora cerca de 100 famílias, e Dona Romana que nomeou seu pedaço de terra como Centro Bom Jesus de Nazaré é uma das componentes presentes nesse território. Se faz necessário compreendermos esse processo de preservação por dois motivos, em primeiro o fato de não existir nenhuma pesquisa até o momento que apresente essa temática, em segundo para compreendermos as singularidades presentes no Sítio Jacuba.

A hipótese deste trabalho se baseia na ideia da comunidade jacuba, como uma comunidade quilombola (vale ressaltar que antes de tudo se trata também de uma comunidade religiosa), que preserva o cerrado presente em seu território. Por isso pode ser compreendido como comunidade quilombola, a partir da fala de Acampora (2018) em entrevista com Botelho (2019, p. 31), que apresenta que o: “o fio da meada da história de Romana de Natividade e de sua comunidade, seu quilombo de configuração consanguínea, familiar, ainda mais que a mitologia de Romana congrega os principais arquétipos da cultura tocantinense”.

Partindo desta perspectiva, o trabalho busca analisar o território Jacuba, como um território de preservação ambiental do cerrado nativitano, com base em autores como Botelho (2019), Reis (2008), CONAQ (2022) e FREITAS; RODY; MIRANDA (2017). A partir de uma análise bibliográfica sobre a temática, e a partir de análises de campo realizadas em 2018, 2019 e 2020. Sendo possível compreender que o território do sítio Jacuba é permeado pela valorização e preservação da natureza.

METODOLOGIA

A metodologia adotada será descritiva, visando descrever e analisar em detalhes o estado de conservação desse ecossistema tão importante. Para atingir esse objetivo, serão utilizados procedimentos metodológicos que envolvem uma análise bibliográfica abrangente. Será realizada uma revisão minuciosa da literatura científica, incluindo livros, artigos, teses e dissertações relacionados à preservação do cerrado. Essa análise bibliográfica servirá como

base teórica para embasar a compreensão do tema, bem como para corroborar a hipótese de que o Sítio Jacuba apresenta características de preservação do cerrado.

Além disso, serão realizadas análises de campo no próprio Sítio Jacuba. Durante as visitas ao local nos anos de 2018, 2019 e 2020, serão realizadas observações diretas do cerrado presente no sítio. Serão registrados dados sobre a diversidade de espécies vegetais e animais, a existência de ameaças ambientais, como desmatamento ou degradação, e a efetividade das medidas de preservação adotadas até o momento.

A combinação da análise bibliográfica com as análises de campo permitirá obter uma visão abrangente e embasada sobre a preservação do cerrado no Sítio Jacuba. Os resultados serão cuidadosamente analisados e interpretados, fornecendo informações sobre a eficácia das estratégias de conservação implementadas e identificando possíveis lacunas ou áreas de melhoria. Espera-se que este estudo contribua para o conhecimento científico sobre a preservação do cerrado e forneça subsídios para aprimorar as práticas de conservação do Sítio Jacuba em Natividade, Tocantins. A preservação desse importante ecossistema é fundamental para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos oferecidos pelo cerrado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao sairmos de Natividade, virando a esquerda existe um caminho de terra cercado pelo verde, ao andarmos é possível ver uma casa pequena e simples a direita, a trezentos passos a frente é possível ver muros com pedras marrons a esquerda, uma área de chão maior, um barracão e pouca sombra, é possível ver um muro de duzentos metros de extensão, atrás desse muro está Dona Romana com seu fundamento, barracões e três casas, a esquerda é possível ver árvores verdes que escondem o Morro de Natividade e um pouco mais abaixo atrás de troncos é possível ver trilhas e mais casas (ROSA, 2015).

Essa descrição citada a cima e uma das diversas descrições que existem ao chegarem ao Sítio Jacuba, precisamente no Centro Bom Jesus de Nazaré, onde reside Romana Pereira da Silva, conhecida como Dona Romana, Mãe Romana ou Dona Romana de Natividade, a forma de chamá-la pode se alterar, porém, o que permanece são os mistérios existentes naquele território, pensarmos nesse território na perspectiva da geografia é de fundamental

importância, já que ali acontecem fenômenos de suma importância para a ciência geográfica, como as relações sócio-territoriais do sítio e seu arranjo territorial, já que a formação de seu território está baseado nos elementos religiosos ali existentes.

De acordo com Reis (2008), a quatro quilômetros do Centro de Natividade, TO existe a fazenda conhecida popularmente como Sítio Jacuba, nele existe o Centro Bom Jesus de Nazaré, comandado por Romana Pereira da Silva, conhecida como Mãe Romana. No Centro existem elementos das religiões cristã, espírita, umbandista, do candomblé e catolicismo popular (BOTELHO, 2019).

No início do século XX, Marcolino Pereira da Costa (pai de Romana), ganhou como presente de casamento de Sebastião Araújo (filho de Dona Bela, mulher que criou e cuidou de Marcolino desde os quatro anos), uma faixa de terra com cerca de 20 alqueires. O casamento de Marcolino (descendente de negros escravizados fugidos da Bahia) e de Luiza Pereira da Costa (descendente dos índios Akroàs), resultou em 18 filhos que herdaram a terra, e Mãe Romana, assim como todos, ganhou uma porção da terra (BOTELHO, 2019).

No dia 22 de fevereiro de 1942 nasceu Romana, sua vida não foi fácil, da infância à fase adulta, se casou pela primeira vez em 1958 com um homem violento, após seu marido ter sumido, ela se sustentava da forma que conseguia, fazia bolos e cafés, fazia lenha e com isso conseguiu abrir um pequeno negócio em Natividade, vale ressaltar, que Romana sempre morou na Zona Rural do Município (BOTELHO, 2019).

Foi em um dos dias mais bem sucedidos de seu negócio que teve sua primeira visão, em 1972 ou 1973, coisa da qual ela não se lembra muito bem, mas que apavorada e com muito medo, pediu então, a Deus direção, assim perdendo seu negócio e passando a ouvir, de fato, vozes (BOTELHO, 2019, p. 28).

De acordo com Botelho (2019), em 1976, romana alega que começou a desenvolver sua mediunidade, após se mudar para a Fazenda Bizarria, localizada a 70 km de Natividade, e após cinco anos voltou ao sítio Jacuba a mando de seus três “guias”, ela passa a construir estátuas, chamadas por ela de “peças” de pedras cangas (além de cimento, arames, pedaços de espelho e vidro), sendo esculturas de tamanhos variados que ilustram o imaterial/invisível.

As vozes que Mãe Romana escuta, afirmam que no passado ocorreu no planeta terra uma mudança em seu eixo após grandes cataclismos, que decorreu na extinção dos dinossauros, porém em algum momento o eixo da terra voltará ao normal, isso ocorrerá com a colisão de um asteroide, o mundo será tomado por água após o planeta rachar, apenas 3 continentes sobrarão e a terra ficará sete dias em escuridão total, quando isso ocorrer, suas

peças irão se reerguer, e ela acredita que sua missão é erguer esse "fundamento", por isso ela guarda em um galpão, água, sementes, livros, etc. (REIS, 2008).

Para Brito; Duarte; Duarte (2021) o Sítio Jacuba representa a ordem primordial, o ponto de convergência em um futuro caótico, sendo Mãe Romana a responsável para o restabelecimento da ordem do mundo, em sua concepção a ordem será iniciada com o "grampeamento" do terreno, o Centro Bom Jesus de Nazaré e o centro onde a sua profecia ocorrerá, e onde todos irão buscar ajuda, um lugar de privilégio onde milhares de pessoas buscam ajuda após o realinhamento do eixo da terra.

Romana diz que esses grandes monumentos que vemos e não entendemos como foram feitos, exemplo: Machu Pichu, Linhas de Nazca, Stonehenge, Pirâmides tanto do Egito quanto dos Astecas no México, e tantas outras que ainda nem foram descobertas e provavelmente não serão, são Fundamentos que os povos antigos deixaram, mas no Brasil, o lugar onde o eixo está deitado, mas especificamente no Tocantins, nunca ninguém tinha feito, o que sobrou para ela fazer. Os Três Curadores lhe disseram que quem deveria ter feito o Fundamento no Brasil era os índios que aqui estavam antes mesmo dos europeus chegarem. Mas eles não fizeram, porque foram dizimados. Segundo Romana, se esse último Fundamento já existisse, os tsunamis de 2004 na Indonésia não teria acontecido (BOTELHO, 2019, p. 28 a 30).

De acordo com Botelho (2019), uma pequena porção de terra do sítio Jacuba, denominada como jacubinha, que está perto da entrada do quilombo Redenção, foi invadida por diversos assentamentos. Por esse motivo se faz necessário compreendermos as relações sócio-territoriais que a comunidade Jacuba tem com outras territorialidades ao redor. Negar a religiosidade presente no sítio é praticamente impossível, pois é um dos elementos que constituem o território, pois é seu caráter religioso que permite ser considerado um território.

Nessa perspectiva Raffestin (1993), apresenta a necessidade de compreensão que o espaço precede o território, pois o território é formado a partir do espaço, um ator que realiza um programa se apropria de um espaço, seja ele, concreto ou abstrato e esse ator territorializa o espaço. O território pode ser compreendido como um espaço em que foi projetado um trabalho (como energia ou informação), e como consequência apresentam relações de poder, sendo o espaço uma prisão original e o território uma prisão construída pelo homem para si.

Ao pormos um geógrafo diante de um sistema territorial, ele irá descobrir uma produção já elaborada e realizada, essa produção está suscetível a mudanças, entretanto, e fixa o suficiente para poder ser analisada, porém, toda análise requer uma linguagem, pois sem ela é impossível realizar uma leitura e sem ela não existe uma interpretação e por consequência nenhum conhecimento sobre a prática que produz esse território (RAFFESTIN, 1993).

Desse modo, um termo que está em conjunto com essa análise é o limite, pois é um componente geral da prática de análise, não apenas dos limites espaciais, por isso, falar de território implica falar de limite mesmo que de forma implícita, o limite exprime a relação de um determinado grupo a uma porção do espaço, e as ações desses grupos gera a delimitação. Sendo o sistema de ações e objetivos guiado por princípios que vão revelar uma ordem, seja ela hierárquica ou não (RAFFESTIN, 1993). O sítio jacuba possui como herança histórica, a cultura indígena e a cultura africana, desse modo, o conceito de território a ser utilizado na pesquisa, além do território do devir, será o território na perspectiva indígena e africana, pois o sítio possui uma grande carga cultural.

Conforme Lira (2019) apresenta, o território indígena não é formado por relações de poder posto pelo estado sobre um espaço, conforme representado no território capitalista. Por isso, entende-se o território do sítio jacuba como um território semelhante ao território indígena, onde não possui uma relação de poder propriamente dita, entretanto ainda é necessário aprofundarmos na pesquisa para a confirmação dessa suposição, pois ainda existe a possibilidade que Mãe Romana exerça o poder, mas novamente é necessário salientar, que a relação de poder que pode existir é diferente do poder representado no território capitalista. Para Ladeira (2001, p. 84), afirma que pode ser:

Considerando que o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas, e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas por meio de estratégias de poder e controle político do Estado, conclui-se que os territórios e as Terras Indígenas são espaços dominados que, inevitavelmente, forçam os índios a firmar um pacto eterno de dependência com o Estado.

De acordo com Ribeiro Neto e Lira (2016), as espacialidades singulares são resultados das articulações entre espaço, sociedade e natureza. Por isso, o território pode possuir particularidades conforme a sociedade se movimenta, abrangendo os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos, etc. O território pode ser compreendido como um espaço de reprodução social e pode ser constituído nas dimensões materiais e imateriais, onde é reproduzido os valores, crenças, etc., porém o território também pode ser um espaço de resistência para continuar reproduzindo na terra.

Para Haesbaert (2011), em uma síntese de diversas noções de território com base em Haesbaert (1995), Haesbaert (1997) e Haesbaert e Limonad (1999), é possível compreender que existem três vertentes básicas da concepção de território, a política, a cultural e a econômica. A vertente da cultura, que pode ser compreendida também como culturalista ou

simbólico-cultural, busca priorizar a dimensão simbólica, possui uma visão mais subjetiva em que o território é visto a partir da apropriação/valorização simbólica do grupo em relação ao espaço vivido (HAESBAERT, 2011). Já para Anjos (2009) *apud* Ribeiro Neto e Lira (2016, p. 45), o território e:

[...] uma condição essencial, porque define o grupo humano que ocupa, onde estão localizados e por que estão naquele espaço (historicidade). A terra –o terreiro –não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, que todos têm registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente. Num quilombo a terra não é pensada e nem praticada como uma propriedade individual, mas como uma instância de uso comum-coletivo, que é elemento principal da consolidação do território étnico, da manutenção da identidade cultural e da coesão social.

De acordo com Ribeiro Neto e Lira (2016), o vínculo que as comunidades quilombolas possuem com o território é caracterizada como um fator de fundamental importância, além de ser uma condição de sobrevivência, a terra serve também como uma forma de afirmar a identidade da comunidade, e permanecer com suas tradições. A terra na comunidade quilombola é vista como uma propriedade coletiva, e o regime de uso comum permite que o território étnico se consolide e represente as identidades culturais e coesões sociais ali presentes.

A diferença da identidade étnica para outras identidades coletivas é o fato de que ela está voltada para o passado, com informações de uma memória coletiva, imaginada e mítica, fruto do próprio processo de criação e interpretação do imaginário social pelo grupo. Mesmo sem a prova material dos processos históricos que passaram, a construção dessas informações se faz essencial para consolidação das identidades em questão. A identidade étnica, além de estar orientada ao passado, guarda um forte sentimento de “filiação” ou “pertença”(VIEIRA JUNIOR, 2015, p. 154).

O território é o elemento que permite a construção da identidade étnica, sendo essa identidade, o ponto de maior importância na estrutural social. A permanência na terra é definida pelo próprio grupo, e não por meio de regulamentação em categorias formais, possuindo próprias regras que regulamentam os planos da vida social da comunidade. As maneiras de acesso à terra também incluem as dimensões simbólicas, e a relação do grupo com a terra, representando então uma relação social de extrema complexidade e essa questão acaba decorrendo na existência da terra como um território (RIBEIRO NETO e LIRA, 2016).

Nessa perspectiva, o pertencimento étnico é determinado a partir das relações demarcadas em linha pelos membros e não-membros, para que o grupo étnico possa dar sentido é necessário que esses atores deem conta das fronteiras delimitadas pelo sistema social

que acham que pertencem, sendo necessário também identificar outros atores de outro sistema social(POUTIGNAT e STREIFF-FENART,1998).

Em uma analogia ao que os autores afirmam acima, podemos supor então que os membros do sítio Jacuba conseguem sentir sua identidade à medida que compreendem seu grupo a parte de outros grupos sociais presentes em Natividade, sejam grupos cristãos e até mesmo os grupos quilombolas, já que em suas perspectivas não são nem um grupo quilombola, nem um grupo indígena, mesmo que a identidade ali presente seja de ambas as culturas.

Existe uma fronteira fluida, manipulada em decorrência de sua pertinência, incluindo e excluindo, estendendo-se ou contraindo que é construída em uma perspectiva da interação e comunicação com o sentimento de alteridade, desse modo, essa fronteira pode ser cristalizada em formas de fronteiras fixas em determinado espaço da regularização fundiária apresentado pelo Estado(VIEIRA JUNIOR, 2015).

De acordo com Santos e Lira(2022), existem diversos povos que descendem de quilombos que vivem no campo, e até mesmo vivendo do que é produzido em suas comunidades, possuem terras privadas vivendo com os outros moradores do quilombo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o sítio Jacuba pode ser semelhante ao caso da pesquisa apresentada pelos autores sobre a Comunidade Mata Grande no Tocantins, descendentes de negros escravizados vindos da Bahia, os pais de Romana receberam as terras, por tanto são terras privadas, com a única diferença dos quilombolas são o parentesco que grande parte da comunidade possui.

Entende-se como comunidade quilombola grupos étnicos constituídos pela população negra, sejam eles urbanos ou rurais, que se autodefinem pelas relações com a terra, o território, a ancestralidade, as tradições e as próprias práticas culturais(FREITAS;RODY;MIRANDA, 2016). O sítio Jacuba é composto por famílias descendentes de escravos de ambos os lados, são rurais(cerca de 4km do centro da cidade), e possuem uma grande relação com a terra, com a vegetação, com suas ancestralidades e possuem tradições afro-brasileiras e africanas dentro de suas práticas religiosas, incluindo uma específica a utilização de ervas para a cura.

Os quilombos, assim como aldeias indígenas, são essenciais para a preservação do meio ambiente, nesse sentido, o território quilombola são os locais com maior conservação da natureza, isso ocorre devido à constituição de agrupamento de pessoas que possuem como

fundamento a interação com o meio ambiente, sem estar voltado para fins econômicos. Seus modos de vida são baseados no uso sustentável e racional dos recursos naturais, e possuem zelo com as matas inseridas em seu território(CONAQ, 2022).

Desse modo, quando olhamos para território Jacuba, é possível perceber todos os aspectos de preservação ambiental presentes no que CONAQ(2022) apresentou acima, as casas foram construídas ao redor da vegetação, sendo essas as únicas partes afetadas do sítio. Outro ponto relevante é a utilização de energia, por muitos anos o Centro Bom Jesus de Nazaré(casa de Dona Romana), não possuía energia, mantendo esse aspecto apesar da casa possuir instalações elétricas, a casa permanece na utilização da luz natural e de velas e lamparinas. Para confirmar essa hipótese, Acampora(2015) apresenta em seus escritos ao falar sobre o sítio Jacuba que:

Suas terras compreendem cachoeiras, córregos, frutas nativas em extinção, raízes curativas e ervas encantadas pelo conhecimento ancestral. A paisagem está intacta. Uma criança nascida no Jacuba há anos passados, poderá percorrer a mesma floresta em seus domínios e se encantar com as mesmas paisagens de sua infância(ACAMPORA, 2015, p. 216).

É importante ressaltar o significativo papel desempenhado pelas comunidades tradicionais, representadas pelos Povos originários, Quilombolas, Quebradeiras de coco, Marisqueiras, Seringueiros, Caiçaras, Ribeirinhos e outras experiências situacionais tipificadas, na proteção e conservação dos bens naturais. Essas comunidades possuem uma relação direta e respeitosa com a natureza, expressa por meio de práticas seculares de manejo, espiritualidades, simbologias e reprodução sócio-cultural e biológica(LOPES; MONTEIRO; LOPES, 2022).

Nessa perspectiva, as racionalidades cosmogônicas operam no espaço, contribuindo para uma relação Sociedade(s)-Natureza que se estabelece nos territórios e nas territorialidades insurgentes e confluentes. Essas comunidades atuam como guardiãs dos recursos naturais, adotando práticas de manejo sustentável e preservação ambiental, muitas vezes em oposição às lógicas hegemônicas. Assim, as práticas horizontais e contra-hegemônicas dessas comunidades tradicionais demonstram a importância da sua atuação na proteção e conservação dos bens naturais, estabelecendo um equilíbrio entre sociedade e ambiente(LOPES; MONTEIRO; LOPES, 2022). Ao pensarmos nessa perspectiva, Costa Júnior e Silva(2023, p. 30 a 31) apresenta que:

O sentido e a importância que a Terra tem para Nós, povos afrodescendentes e povos indígenas, foi ignorado e pervertido pelos colonizadores em nome da manutenção

das relações materiais desiguais e da permanência e ampliação do poder de dominação. Poucos se apropriaram da maior parte de nossas terras, rios e demais recursos naturais. Apropriaram-se devastando tudo, sob o discurso de transformação da natureza para satisfação das necessidades, criando, de fato, necessidades que de outras formas não seriam necessárias; necessidade de recuperar rios, vidas de animais, espécies ameaçadas de extinção, florestas, em suma, biomas que foram submetidos a processos contínuos de esgarçamento de nossos recursos mais vitais, vidas humanas e não-humanas.

A atuação dos governos favorece tanto o agronegócio, a mineração, o garimpo criminoso e o mercado internacional, que invadem territórios e terras que deveriam ser protegidas, quanto as multinacionais na exploração de diversas riquezas naturais. Essas atividades abrangem desde a produção de cosméticos, produtos eletrônicos e de alta tecnologia até a extração de metais preciosos e a exploração da mão de obra. É crucial compreender que são os mesmos países que nos rotularam como atrasados ou subdesenvolvidos, criando uma narrativa de desumanização que justifica e legitima, tanto para nossa própria população quanto para nossos governantes, a nossa miséria e exploração. Esses países continuam nos explorando de diversas maneiras, semelhantes às explorações coloniais, até os dias atuais (COSTA JÚNIOR e SILVA, 2023).

É surpreendente compreender como essa relação que iniciou no século XVI se estendeu até o século XXI, mantendo seus traços mais fundamentais preservados, ou até mesmo intactos. Após os horrores da colonização em todo o mundo, o núcleo de nações colonizadoras continua a expandir seu patrimônio material, ao mesmo tempo, em que explora nosso patrimônio imaterial. Agora, a política colonial opera por meio das mentes colonizadas, dissimulando-se em transações de mercado e políticas internacionais ou transnacionais (COSTA JÚNIOR e SILVA, 2023).

A diáspora africana forçada não apenas dispersou os povos africanos por todo o mundo, mas também levou consigo uma cosmologia que tende a entrar em conflito, equilíbrio e ressignificação em relação ao valor da vida e à conexão com a natureza. Concepções fundamentais para a existência humana são questionadas quanto à sua estabilidade devido às influências da cultura ocidental. Além disso, podemos observar um desequilíbrio ambiental ou uma desestabilização gradual em curso, evidenciado pelas drásticas mudanças climáticas que estão ocorrendo em todo o mundo (COSTA JÚNIOR e SILVA, 2023).

Nessa perspectiva vale ressaltar que nossa relação com a terra é originária de uma tradição cosmológica de mundo radicalmente oposta à ocidental, e tem suas raízes solidificadas nas sociedades africanas. A terra ou o território não é uma propriedade privada, muito menos nossa, é o contrário. É como se o território nos escolhesse para cuidar da gente, de nosso povo, organizando os ciclos da vida em convergência ao que ele nos concede e as condições de manutenção e bem-estar recíproco (território/povo), numa confluência orgânica. É também



inegável, que há uma confluência cosmológica convergente às tradições dos povos indígenas(COSTA JÚNIOR e SILVA, 2023, p. 33 a 34).

De acordo com Santos(2018) *apud* Costa Júnior e Silva(2023) se destaca dois pontos importantes na relação dos quilombolas com a terra. Em primeiro lugar, a noção de que a terra possui vida e, portanto, tem a possibilidade de ser reconhecida como um sujeito de direitos em uma sociedade que se baseia em papéis e leis. Em segundo lugar, aponta-se para a intervenção direta e específica do Estado na criação de formas de desapropriação e desproteção das terras dos povos afrodescendentes e indígenas, quando, na verdade, deveria agir de forma oposta. Quando Santos(2018) afirmou que "Somos da Terra", ele buscou demonstrar como as diferenças cosmológicas organizam as formas de existir no mundo, de lidar com o outro, com as diferenças e, principalmente, de se relacionar com a natureza. Nessa mesma perspectiva, a palavra, os conhecimentos e os saberes transmitidos oralmente foram subjugados na relação com a cultura do colonizador(SANTOS, 2018 *apud* COSTA JÚNIOR e SILVA, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sítio Jacuba apresenta semelhanças significativas com territórios quilombolas, sugerindo a possibilidade de compartilhar a cosmovisão dos povos originários, quilombolas e indígenas, conforme apontado pelos autores Costa Júnior e Silva (2023). Assim como nos territórios quilombolas, o Sítio Jacuba é um espaço que guarda uma forte conexão com a ancestralidade, com a relação harmoniosa com a natureza e com a valorização dos saberes tradicionais. Essa comunidade evidencia a importância da preservação da cultura e dos modos de vida tradicionais, buscando manter suas tradições, rituais e formas de organização social, refletindo uma cosmovisão que valoriza a interdependência entre seres humanos e o meio ambiente.

Assim como os territórios quilombolas, é um espaço de resistência e luta pela afirmação da identidade e dos direitos dessas comunidades tradicionais. Na cosmovisão presente nesses territórios, há um profundo respeito pela terra, pelos ancestrais e pelos elementos naturais, reconhecendo a interconexão entre todos os seres vivos. Essa visão de mundo permeia as práticas cotidianas, as relações sociais e as formas de organização comunitária no Sítio Jacuba, revelando a importância da preservação dessas cosmovisões para a construção de um futuro mais equilibrado e sustentável.



Até o momento, não há uma pesquisa que apresente as delimitações territoriais específicas do Sítio Jacuba. Para fins de análise, será utilizado um recorte do Google Maps do sítio para examinar a floresta ao redor. Este recorte fornecerá uma visualização aproximada das áreas florestais adjacentes ao Sítio Jacuba, permitindo uma avaliação preliminar da vegetação e dos possíveis limites territoriais. No entanto, é importante ressaltar que essa abordagem baseada em um recorte do Google Maps pode não ser totalmente precisa ou abrangente, pois os dados podem estar sujeitos a variações e limitações técnicas. Portanto, futuras pesquisas e estudos de campo mais detalhados podem ser necessários para uma delimitação territorial precisa do Sítio Jacuba.

Imagem I - Recorte Florestal do Sítio Jacuba



FONTE: (GOOGLE MAPS, 2023).

Ao utilizar um recorte do Google Maps para analisar a floresta ao redor do Sítio Jacuba, é possível obter informações iniciais sobre a extensão e a composição da vegetação nas áreas circundantes. A ferramenta de visualização do Google Maps permite explorar a região de forma virtual, identificando características como densidade da cobertura vegetal, tipos de árvores predominantes e possíveis limites geográficos. No entanto, é importante considerar algumas limitações ao utilizar essa abordagem. Primeiramente, o Google Maps fornece

imagens de satélite que podem ter uma resolução limitada, o que significa que alguns detalhes podem não ser claramente visíveis. Além disso, as imagens podem não estar atualizadas, pois o Google Maps costuma utilizar fotografias aéreas que podem ter alguns anos.

O recorte do Google Maps revela que o Sítio Jacuba possui uma extensa faixa florestal em seus arredores. Através dessa ferramenta de visualização, é possível observar uma extensão considerável de vegetação densa e preservada nas proximidades do Sítio Jacuba. Entretanto, é recomendável que futuras pesquisas complementem essa análise inicial com estudos de campo mais detalhados. Esses estudos podem envolver trabalhos de mapeamento, levantamento da biodiversidade, entrevistas com moradores locais e consulta a documentos oficiais, como registros cartoriais e delimitações legais.

Como resultados também é necessário acrescentar que o sítio Jacuba não é considerado um quilombo conforme a legislação vigente. Essa designação não foi buscada pela comunidade residente, que optou por não fazer a solicitação de reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares para obter o status oficial de quilombo. A decisão da comunidade do Sítio Jacuba em não buscar o reconhecimento como quilombo pode ter sido motivada por diversos fatores, como questões históricas, culturais, sociais ou mesmo estratégicas. É importante respeitar e compreender a escolha da comunidade em relação à sua identidade e ao seu processo de autodefinição.

Embora não seja formalmente reconhecido como quilombo, o Sítio Jacuba pode ter características e aspectos compartilhados por comunidades quilombolas, como uma história de resistência, conexão com a terra e uma identidade cultural única. Cada comunidade tem o direito de determinar sua própria identidade e buscar ou não o reconhecimento oficial. É fundamental respeitar a autodefinição da comunidade do Sítio Jacuba e reconhecer sua importância como um espaço de vivência e práticas culturais singulares, independentemente da designação específica de quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sítio Jacuba, como um território quilombola e um local religioso, demonstra uma interação especial com o meio ambiente, baseada no respeito e na preservação da natureza, sem fins lucrativos. A comunidade valoriza a conexão entre suas crenças religiosas, a utilização das plantas para fins medicinais e a conservação ambiental. A preservação do Sítio

Jacuba, baseada na religiosidade da comunidade quilombola, desempenha um papel fundamental na conservação ambiental desse local. A religião e as crenças espirituais são elementos intrincados na vida cotidiana dos moradores, influenciando diretamente suas atitudes em relação à natureza e à conservação.

A religiosidade presente no Sítio Jacuba muitas vezes está ligada a uma visão holística do mundo, na qual a natureza é considerada sagrada e parte integrante da existência humana. As comunidades quilombolas reconhecem a interdependência entre os seres humanos e o ambiente natural, e a preservação da natureza é vista como uma responsabilidade espiritual. Essa cosmovisão religiosa influencia as práticas de conservação adotadas no Sítio Jacuba. Os moradores veem a proteção da natureza como uma forma de honrar e respeitar as divindades presentes em seu sistema de crenças, bem como uma maneira de manter o equilíbrio e a harmonia na comunidade e no mundo ao seu redor.

Dentro desse contexto religioso, a utilização de plantas e ervas medicinais é amplamente valorizada. A comunidade quilombola reconhece o poder curativo dessas plantas e busca preservar os conhecimentos tradicionais sobre suas propriedades medicinais. A coleta sustentável e o manejo adequado dessas plantas são práticas comuns, garantindo a continuidade de seu uso sem prejudicar a biodiversidade local. Além disso, as práticas religiosas no Sítio Jacuba estão frequentemente associadas a rituais de proteção e agradecimento à natureza. Esses rituais podem envolver a realização de cerimônias específicas, como oferendas e orações, para expressar gratidão e reverência pelos recursos naturais e pela própria terra. Essas práticas reforçam a conexão espiritual com o ambiente e reforçam a importância da conservação.

A religiosidade presente no Sítio Jacuba serve como uma motivação poderosa para a preservação ambiental, uma vez que as crenças e os valores espirituais são transmitidos de geração em geração. Essa tradição cultural contribui para a conscientização e o engajamento ativo da comunidade na proteção do cerrado e dos recursos naturais que dependem dele. Em suma, a religiosidade presente no Sítio Jacuba desempenha um papel crucial na preservação ambiental. Por meio de práticas e rituais baseados em crenças espirituais, a comunidade quilombola promove uma conexão profunda com a natureza e adota medidas ativas para sua conservação. Essa abordagem baseada na religiosidade fortalece o compromisso com a sustentabilidade, contribuindo para a preservação do Sítio Jacuba como um importante patrimônio natural e cultural.

No entanto, é essencial realizar uma pesquisa mais aprofundada para compreender plenamente a visão da comunidade em relação à preservação ambiental. Essa pesquisa pode envolver a exploração das narrativas e práticas culturais, bem como a participação ativa dos membros da comunidade. Entender a perspectiva da comunidade sobre a preservação ambiental é crucial para fortalecer as práticas de conservação e promover a sustentabilidade de longo prazo no Sítio Jacuba. Essa compreensão permitirá a implementação de estratégias eficazes que respeitem as tradições, as crenças religiosas e as necessidades da comunidade, ao mesmo tempo que garantem a proteção e o manejo adequado dos recursos naturais.

Portanto, é recomendado que futuras pesquisas sejam realizadas para aprofundar o conhecimento sobre a visão da comunidade em relação à preservação ambiental no Sítio Jacuba. Isso fornecerá uma base sólida para o desenvolvimento de ações e políticas que promovam a conservação ambiental conforme os valores, necessidades e aspirações da comunidade quilombola. Ao fazer isso, estaremos contribuindo para a salvaguarda desse importante patrimônio natural e cultural, garantindo sua preservação para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

ACAMPORA, A.. **BURANGABA: Gênese e Arte de Romana de Natividade**. Palmas: Editora Vozes, 2015.

BOTELHO, N. L. **TERRITÓRIOS DA MEMÓRIA: corpo, comunicação e performance em Romana em Natividade**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2019.

BRITO, E. P. DE; DUARTE, R. A.; DUARTE, R. A. **O LABIRINTO SAGRADO DE DONA ROMANA: Turismo e legado cultural no Centro Bom Jesus de Nazaré em Natividade (TO)**. GEOgraphia, v. 23, n. 50, 19 maio de 2021.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. **BOLETIM INFORMATIVO: A importância dos quilombos para a preservação do meio ambiente**. V. 4, 2022. Disponível em: <http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2022/01/BI-4-%E2%80%93-A-IMPORTANCIA-DOSQUILOMBOSPARA-A-PRESERVACAO-DO-MEIO-AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.

COSTA JUNIOR, J.; SILVA, C. **COSMOLOGIA E KILOMBOS: território ancestral e a retomada originária**. SAPIENS - Revista de divulgação Científica, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 24–54, 2023. DOI: 10.36704/sapiens.v4i2.6980. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/6980>. Acesso em: 17 nov. 2023.



FREITAS, P. S. ; RODY, H. A. ; MIRANDA, M. G. . **AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A SUSTENTABILIDADE:** Um estudo etnoecológico voltado para a construção de comunidades sustentáveis. *Projectus* , v. 1, p. 27-35, 2017.

HAESBAERT, R.. **O MITA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LADEIRA, Maria Inês Martins. **Espaço geográfico Guarani-MBYA:** significado, constituição e uso. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. . Acesso em: 21 ago. 2023

LIRA, E. R. **A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO CAPITALISTA E O TERRITÓRIO INDÍGENA.** *PRODUÇÃO ACADÊMICA, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 55–69, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/6384>. Acesso em: 21 ago. 2023.

LOPES, K. C. S. A. .; MONTEIRO, G. R. F. F.; LOPES, P. R. . **Ecologia Política, Agroecologia e Comunidades Tradicionais** . *SAPIENS - Revista de divulgação Científica, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 4–8, 2023. DOI: 10.36704/sapiens.v4i2.7322. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/7322>. Acesso em: 17 nov. 2023.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade.** Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RAFFESTIN, C. . **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

REIS, D. R. **Dona Romana de Tocantins:** uma fantástica iconografia. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Arte. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

RIBEIRO NETO, O. B.; LIRA, E. R. **O TERRITÓRIO E A IDENTIDADE QUILOMBOLA:** o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. *PRODUÇÃO ACADÊMICA, [S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 36–56, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/3121>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ROSA, E. M. **A SUÇA EM NATIVIDADE:** festa, batuque e ancestralidade. 2015. 122 f. Dissertação

SANTOS, N.K.C.; LIRA, E.R. **A fragmentação do território original do quilombo morro São João, município de Santa Rosa-TO.** *Revista Campo-Território, Uberlândia*, v. 17, n. 44 Abr., p. 26–41, 2022. DOI: 10.14393/RCT164402. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/63456>. Acesso em: 1 set. 2023

VIEIRA JUNIOR, I. R. **QUANDO A MEMÓRIA É PATRIMÔNIO:** A expressão da territorialidade por comunidades quilombolas.. *Geografia em Questão, [S. l.]*, v. 8, n. 1, 2015. DOI: 10.48075/geoq.v8i1.10131. Disponível em:



**XV
ENAN
PEGE**

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO

<https://ojs.revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/10131>. Acesso em: 1 set.
2023.